

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
CNPJ/MF nº 02.854.397/0001-04 - NIRE 3330026158-3
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2000

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Realizada aos 19 dias do mês de dezembro de 2000, às 14:00 horas, na sede social, localizada na Avenida Elias Agostinho, 665, Bloco F, sala 207, Ponta de Imbetiba, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença". **3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 26 do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho, que convidou o Sr. Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** (a) autorizar a 1ª emissão de debêntures ("Debêntures"), no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão) de reais, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes (doravante denominada "Emissão"); (b) delegar ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como delegar poderes para cancelar as Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, ou que se encontrem em tesouraria; (c) autorizar a Diretoria a contratar instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais, para efetuar a colocação pública das Debêntures emitidas pela Companhia, a contratar agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário dos Debenturistas") e o banco mandatário, bem como para realizar as demais contratações e atos necessários para efetivação da Emissão. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: I. Aprovar, nos termos da alínea "e" do Artigo 29 do Estatuto Social, a captação, pela Companhia Petrolífera Marlim ("Companhia"), de recursos no mercado de capitais brasileiro, mediante a emissão de Debêntures com as características que seguem abaixo. Os termos desta deliberação iniciados em maiúscula têm os significados a eles atribuídos nos "Documentos de Garantia" (Contratos de Penhor de Petróleo, Contrato de Penhor de Ativos e Contrato de Caução de Ações, todos datados de 14 de dezembro de 1998 e abaixo definidos), no "Contrato de Agenciamento Fiduciário" (celebrado entre a Companhia Petrolífera Marlim, BNDES, Petrobras e o Banco Chase Manhattan, em 14 de dezembro de 1998) e no "Contrato de Partilha de Garantias" (celebrado entre o BNDES, Banco Itaú e Banco Chase Manhattan, em 30 de dezembro de 1998), e não ser que diferentemente aqui determinado. (i) **Valor Total da Emissão:** R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), no dia 01 de dezembro de 2000 ("Data de Emissão"). (ii) **Quantidade Total da Emissão de Debêntures:** 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) Debêntures da 1ª série e 30.000 (trinta mil) Debêntures da 2ª série. (iii) **Número de Séries:** Duas, sendo a 1ª série no montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e a 2ª série no montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão. (iv) **Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas. (v) **Espécie:** Com garantia real. (vi) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão. (vii) **Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus à seguinte "Remuneração": Juros Remuneratórios: As Debêntures da 1ª série farão jus ao pagamento de "Juros Remuneratórios" equivalentes a, no máximo, 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante

denominada "Taxa DI", capitalizada de spread máximo de 0,5% ao ano (CDI+ 0,5% ao ano). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o "Valor Nominal Unitário" das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \times fj) - 1]$$

onde, JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos; VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo); $(f1 \times f2 \dots \times fj)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do spread, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo. Os termos $f1$, $f2$, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S$$

onde, fj = fator da Taxa DI referente ao dia j ; Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j ; S = fator de spread final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{du}{252}} \right] \right\}$$

onde: b = spread a ser determinado em processo de book building, limitado ao máximo de 0,5% a.a.; du = número de dias úteis do Período de Capitalização. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 01 de junho e 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures da 2ª série farão jus à seguinte Remuneração: (a) Atualização: As Debêntures da 2ª série terão seu "Valor Nominal Unitário" atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços

do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D_1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D_2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{D_n}} \right\}$$

onde: VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado; VNe = Valor Nominal Unitário; IGPM_n = índice do IGPM na forma percentual, relativo ao mês n; d_n = número de dias corridos do 1º dia do mês da "Atualização", até a data de Atualização; D_n = número de dias do mês n corrente. O IGPM-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGPM-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia Petrolífera Marlim ("Escritura") ou qualquer outra formalidade. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGPM-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGPM-M, será aplicado o último IGPM-M divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGPM-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGPM-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. (b) Juros Remuneratórios: As Debêntures da 2ª série farão jus ao pagamento de juros pré-fixados à taxa máxima de 12% ao ano (doze por cento ao ano), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos juros devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde: J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização; VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização; b = taxa a ser fixada em processo de book building, limitada ao máximo 12% a.a.; n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização. A Atualiza-

ção e os Juros Remuneratórios serão devidos anualmente, nos dias 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração das respectivas séries, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das respectivas séries. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração definitiva das Debêntures das 2 (duas) séries será determinada em processo de book building, devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, publicada em até 1 (hum) dia útil após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures. (viii) **Preço de Subscrição e Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme item (vii) acima, acumulada desde a Data de Emissão, até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. (ix) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2000. (x) **Prazo de Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, ou seja, no dia 01 de dezembro de 2005. (xi) **Colocação e Procedimento da Distribuição:** A distribuição será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia. (xii) **Garantias:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, compartilhando garantias previamente estabelecidas. De acordo com os termos e condições dos contratos de garantia assinados pela Companhia, novos credores podem ser admitidos como Credores Subsequentes e desta forma tornarem-se beneficiários, partilhando as garantias objeto dos contratos abaixo descritos: (i) Contrato de Penhor de Petróleo, (ii) Contrato de Penhor de Ativos e (iii) o Contrato de Caução de Ações ("Documentos de Garantia"). Mediante a adesão aos Documentos de Garantia e ao Contrato de Partilha de Garantias, nos termos determinados nos contratos supra indicados, os debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário dos Debenturistas, tornar-se-ão "Partes Garantidas" e partilharão com o BNDES e demais Partes Garantidas, em condições parí passu, as garantias supra citadas. Os principais termos dos contratos de garantia são os que seguem: (a) Contrato de Penhor de Petróleo - Celebrado originalmente entre a Companhia, Petrobras, BNDES e Banco Chase Manhattan, na qualidade de interveniente-anuente, em 14 de dezembro de 1998. O contrato é aditado periodicamente para incluir os adquirentes dos títulos emitidos pela Companhia como Partes Garantidas. Através do Contrato de Penhor de Petróleo, a Petrobras deu em penhor à Companhia, que por sua vez deu em sub-penhor às Partes Garantidas, (i) todo o petróleo produzido a partir do Campo de Marlim; (ii) todo e qualquer derivado processado a partir do petróleo produzido, qualquer que seja a sua localização; e (iii) todo e qualquer montante que possa resultar da comercialização dos bens mencionados em (i) e (ii). Os bens empenhados tornam-se exigíveis desde a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, pelo número de dias necessários para a satisfação integral das "Obrigações Garantidas", mas que, em qualquer hipótese, não deverá exceder a 720 dias. "Petróleo", nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, significa a produção total do Campo de Mar-

lim (média diária de 540.000 barris/dia). O volume de petróleo empenhado diariamente nos termos deste contrato corresponde ao volume produzido, ou seja, 540 mil barris, que ao preço de US\$23,197 (vinte e três dólares vírgula cento e noventa e sete) o barril, em 20 de outubro de 2000, corresponde a US\$12.526.380,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta dólares), valor este, que na mesma data, equivale a R\$23.697.405,68 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) (ao câmbio comercial de R\$1,8918). O valor do Petróleo empenhado equivale a 75% do preço médio, em dólar norte-americano na data em que for calculado, do petróleo Brent-Datado (que em 20 de outubro de 2000 estava fixado em US\$30,930), conforme publicado pela Platt's Crude Oil, multiplicado pelo número de barris produzidos do Campo de Marlim. Ainda nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, a Companhia, com a expressa anuência da Petrobras, deu em penhor às Partes Garantidas os direitos pignoratícios acima descritos, para garantia da dívida representada pelos Contratos de Financiamento. Para fins de captação pela Petrobras de recursos necessários à sua contribuição ao Projeto Marlim, nos termos do Contrato de Consórcio, a Petrobras poderá oferecer até 30% (trinta por cento) do Petróleo para seus credores em condição *pari passu* aos demais beneficiários do Penhor de Petróleo. (b) Contrato de Penhor de Ativos - Celebrado originalmente entre a Companhia, Petrobras, BNDES e Banco Chase Manhattan, através do qual a Companhia deu em penhor mercantil às Partes Garantidas, em 14 de dezembro de 1998, os ativos de sua exclusiva propriedade. O Contrato de Penhor de Ativos é aditado periodicamente para incluir os subscritores dos títulos emitidos pela Companhia como Partes Garantidas. Esse contrato totalizava R\$1.689.477.717,45 (um bilhão, seiscentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e cinco centavos), em 20 de outubro de 2000. Adicionalmente, a Companhia prometeu constituir em favor do BNDES e dos credores subseqüentes (inclusive os adquirentes das Debêntures), penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras foi nomeada como depositária, nos termos do artigo 276 do Código Comercial. (c) Contrato de Caução de Ações - Celebrado originalmente entre ABN AMRO, BNDESPAR, BNDES e na qualidade de intervenientes-anuentes a Companhia e o Banco Chase Manhattan, em 14 de dezembro de 1998. O contrato foi aditado em 22 de junho de 1999 para refletir a formação da Marlim Participações S.A., atual acionista majoritária da Companhia, e é aditado periodicamente para incluir os subscritores dos títulos emitidos pela Companhia como Partes Garantidas. Através do Contrato de Caução de Ações, os acionistas da Companhia deram em penhor às Partes Garantidas, (i) a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de que são proprietários, bem como as ações que vierem a deter no futuro e (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas. O valor das ações caucionadas equivalia em outubro de 2000 a aproximadamente R\$294.212.356,09 (duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e doze mil, trezentos e cinquenta e seis reais e nove centavos). (xiii) **Pagamento do Principal:** O valor integral do principal das Debêntures será pago em 01 de dezembro de 2005 ("Data de Vencimento"). (xiv) **Vencimento Antecipado:** Após a deliberação de debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da notificação que assim o determinar, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judi-

cial, em caso de ocorrência dos seguintes eventos: (i) transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia; (ii) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures; (iii) inadimplemento do pagamento de qualquer Contrato de Financiamento; (iv) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Consórcio, Contrato de Suporte ou do Contrato de Concessão, ou de qualquer Documento de Garantia ou, ainda, renúncia pela Petrobras ou pela Marlim de quaisquer de seus direitos previstos nesses documentos; (v) ocorrência de um Evento de Inadimplemento nos termos, e conforme definido, em qualquer Contrato de Financiamento firmado entre a Companhia e qualquer Parte Garantida; e (vi) inadimplemento da Companhia quanto à sua obrigação de manter a condição *pari passu* das Debêntures em relação a qualquer outra obrigação financeira, presente ou futuramente contraída pela Companhia, salvo quanto às obrigações contraídas pela Companhia no Contrato de Caução de Contas firmado com o BNDES, o Chase Manhattan Bank e o Banco Chase Manhattan. (xv) **Resgate Antecipado:** A Companhia terá o direito de proceder ao resgate total ou parcial das Debêntures em circulação da 1ª série, a partir do décimo segundo mês de vigência da Emissão, contado da data de subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, até a data do efetivo pagamento. As Debêntures da 2ª série, indexadas ao IGP-M, poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia, ao final do 12º mês contado da data de subscrição, e a partir de então, a cada doze meses sucessivamente, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, até a data do efetivo pagamento. (xvi) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. (xvii) **Negociação:** As Debêntures serão negociadas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). (xviii) **Local de Pagamento:** Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Companhia em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND. (xix) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (hum por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança. (xx) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na cidade de São Paulo. (xxi) **Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de Aviso, no jornal Gazeta Mercantil - edição nacional. Os subscritores das Debêntures, cuja emissão é ora aprovada, deverão, através do Agente Fiduciário dos Debenturistas, aderir aos Documentos de Garantia mencionados no item (xii) acima e ao Contrato de Partilha de Garantias, devendo nomear o Banco Chase Manhattan S.A. para, na qualidade de mandatário, atuar como Agente Fiduciário para os fins previstos no Contrato de Agenciamento Fiduciário datado de 14 de dezembro de 1998, conforme aditado, de acordo com as disposições ali contidas. II. Delegar poderes ao Conselho de Administração para: (i)

deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas na presente deliberação, no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria. III. Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição como líder(es), coordenador(es) ou consorciado(s) da emissão, bem como Agente Fiduciário dos Debenturistas e instituições para a prestação de serviços a ela relativos, inclusive custódia, liquidação, emissão de certificados e de agente pagador (Banco Mandatário), podendo ajustar os termos e condições pertinentes. IV. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos relacionados com o quanto acima exposto, inclusive assinar todos e quaisquer documentos necessários para esse fim. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Macaé, 19 de dezembro de 2000. (aa) Presidente: Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho; Secretário: Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua. Acionistas: MARLIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho e José Cláudio Rêgo Aranha; Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho; Beni Rosenzvaig; Simão Teodoro Schuster Damasceno; Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua; Marcus Vinicius de Viveiros Dias; Cláudio Figueiredo Coelho Leal; Mario Miceili; Edward Dias da Silva; Maurício da Rocha Wanderley; Flávio de Magalhães Chaves; Manoel de Araújo Gonçalves. Confere com a original lavrada em livro próprio. Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua - Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico o Registro sob nome Companhia Petrolífera Marlim número 01124661 e data de 20 de dezembro de 2000. Maria Cristina V. Contreiras - Secretária Geral.